

# EXCLUSÃO, CULTURA E VIOLÊNCIAS EM CURSO

MARLENE DE FÁVERI <sup>1</sup>

## Resumo

Este texto intenciona reflexões acerca do entrelaçamento entre violência e exclusão nas relações entre homens e mulheres, partindo da idéia de que a violência está na ordem da intolerância. Anuncia idéias filosóficas acerca da construção das diferenças de gênero e como são apropriadas pelos saberes médico-científicos.

## Abstract

This text is intended as a reflection on the link between violence and exclusion in the relationships between men and women, based on the idea that violence is a form of intolerance. It proclaims philosophical ideas concerning the construction of gender differences and they way in which these are appropriated by medical and scientific wisdom.

## Palavras-chave

Violência; Relações Homem-Mulher; Tolerância.

## Key words

Violence; Man-Woman Relationships; Tolerance.

<sup>1</sup>Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora do Curso de História na Universidade do Vale do Itajaí -UNIVALI e na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. E-mail: mfaveri@terra.com.br

Quem não aprende a ver o mundo com os olhos de um outro, afinal, verá apenas a si mesmo. Helmuth Plessner (2000:81)

Este texto propõe algumas reflexões sobre como se entrelaçam práticas de violência na perspectiva da exclusão e das relações entre homens e mulheres. Posso afirmar que exclusão é violência, e que ambas recrudescem a partir do sentido da intolerância para com o outro, a outra, os diferentes. Pois bem: excluir o outro é omiti-lo, privá-lo, eliminá-lo por incompatibilidade com o que eu penso; é a intransigência e a rigidez que não admite modos de pensar, agir, sentir, comportar-se porque são diferentes dos meus, do meu grupo, da minha etnia, geração, sexo, classe, religião, cultura. Excluir, nesta perspectiva, é violentar.

Por esta reflexão, sendo os gêneros - masculino e feminino - construídos na cultura, nas relações de poder e jogos de forças, eles têm historicidade. A exclusão e/ou a inclusão dependem dos processos, das práticas, dos discursos, das leis, das apropriações e significações que cada um faz do outro em um tempo e lugar determinados, e a violência seria assim o ápice da exclusão, da intolerância: se não aceito o outro como é, se me incomoda, disputa comigo, eu o elimino, diminuo, afasto, não o vejo como sujeito do direito, apenas tolero; mas, se não tolero, excluo, violento, tiro sua liberdade.

Então, violentar é tirar do outro a possibilidade de sentir e agir, é tirar seu desejo porque tenho a miragem de que o melhor é o que eu penso, tiro proveito do momento de fragilidade do outro e o torno presa, coisa do meu desejo. E isso é a intolerância em absoluto. Paul Ricoeur abstrai dois componentes que diz necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda. (2000:20) Sim, nascemos intolerantes, e o aprendizado da tolerância se faz na cultura, no curso da história das relações entre homens e mulheres, grupos, classes, etnias. Mas, no mesmo curso da história, o princípio da intolerância permeou, salvo raríssimas exceções, a exclusão das mulheres. Sim, a exclusão e porquanto violência para com as mulheres tem a história dos humanos, do tempo dos humanos. Remeto as palavras para Ana Miranda, presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Portugal), que reflete:

A longa história da humanidade, história composta numa primeira fase pela luta pela sobrevivência e numa segunda fase pela luta pelo poder, é também a história do domínio do sexo masculino sobre o feminino. Domínio esse que, sobretudo nas sociedades americanas do Sul e do Norte e na Europa, só começa a ser interrogado e afetado no final do século XIX. Domínio esse que, em vastas zonas do mundo, ainda não é sequer objeto de interrogação. (1999:33-34)

Se metade da humanidade sempre foi e é composta por mulheres, demorou muito para que as reflexões e práticas políticas de denúncia viessem aos domínios da teoria feminista e da epistemologia - produção de um conhecimento sobre esta parte da humanidade, nas relações nos diferentes tempos e espaços. E se isto é imperdoável, é também historicizável. Porque só aqui, no nosso tempo? Porque foi preciso esperar até meados deste século XX para que ocorressem mudanças? Norberto Bobbio, um dos maiores pensadores deste nosso tempo, avalia que a revolução das mulheres foi a mais importante do século XX; e concordo. Para

entender essa revolução nesse momento – uma explicação pertinente é a de que antes do tempo do trabalho assalariado, uma indiferenciação das tarefas e nos espaços eram visíveis, parte da relação entre os sexos: juntos, mulheres e homens faziam os trabalhos e proviam a sobrevivência da família, relação em que a subordinação da mulher era marcada pelo costume, valorizadas as tarefas domésticas como trabalho produtivo, bem como a economia e a poupança. Mas, com a evidente sociedade industrializando-se e monetarizando-se, a especialização dos espaços rompe com a igualdade conjugal e institui a mulher como criada. (PROST, 1992:40) É o surgimento de uma economia com base monetária, de trabalho assalariado/dignificante, na mesma proporção em que o trabalho doméstico torna-se insignificante: ele não rende, não gera poupança, não aparece, é um “trabalho leve”.<sup>2</sup> Essa relação desigual e excludente do trabalho feminino é um dos agravantes para a violência doméstica nos dias atuais.

Bem, é evidente que relações entre homens e mulheres sempre existiram, e que quase sempre foram de um sobre o outro, do masculino para com o feminino, da intolerância de um grupo sobre outro. Porém, é possível visualizar que foi uma luta voraz - ainda o é - a conquista de espaços e cidadania. Isso, em absoluto, não quer dizer que as mulheres foram submissas, passivas, frágeis, incompetentes: a história nos conta das resistências e transgressões, e, se quase sempre suas ações foram entendidas como crime ou pecado, advindos daí os castigos (queimadas vivas, humilhadas, enforcadas, ditas como loucas), mostram o quanto eram - e são - fortes e inquietas. Michelle Perrot é pontual nisso: as mulheres não são passivas, muito menos submissas, apenas fazem por outras palavras, outros gestos.<sup>3</sup> Dissimularam, dissimulam, e este é um jeito de driblar o desatino da exclusão. Poderíamos dar exemplos inúmeros, mas por ora ficamos com a idéia de que a passividade e submissão das mulheres é também uma construção por parte de produções científicas que arvoraram-se e conduziram-se nos estatutos de verdades - a ciência moderna quis para si o saber e o poder, o iluminismo cerceou as mulheres da razão, a medicina arrancou-lhes o erotismo e o desejo, a psicanálise encheu-as de frigidez, o jurídico delineou-lhes a não cidadania, e a religião exorcizou-as com a culpa e o pecado. Legado de dor, sim, legado de uma pedagogia do silêncio, do assassinato da liberdade, de abusos sobre os corpos das mulheres.

Foi, creio, a possibilidade do discurso inverso, num primeiro momento, mas principalmente a possibilidade de fazer um outro discurso a partir das novas práticas na historiografia, e no entendimento que o discurso pode ser positivo. Então Foucault auxilia a pensar que nas fímbrias do poder da nomeação de sujeitos, que excluíram as mulheres por tão longo tempo, estão inscritas as inclusões - possibilidades de um contradiscurso -, e foi nessas frestas que a teoria feminista abriu espaços, e fez deles portas. Que bom! É possível localizar a emergência do feminismo nos anos 60, no bojo das contestações das minorias, dos jovens contra o “velho” modelo, na luta por direitos, igualdade, respeito, liberdade de escolhas. Também não estou afirmando que nada antes aconteceu - muitas tentativas, derrotas, sucessos que não foram reconhecidos, basta recordar das lutas pelo sufrágio em diferente sociedades, bem como tantas outras mulheres,

<sup>2</sup> Maria Ignez S. PAULILO faz esta diferenciação entre trabalhos ‘pesado’ e ‘leve’, traduzindo-se como tarefas das mulheres, por mais extenuantes que possam ser, como ‘trabalho leve’, não produtivo, e para os homens o ‘trabalho pesado’, ou aquele que rende monetariamente. O peso do trabalho leve. In: *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28 1987. p. 64-70.

<sup>3</sup> Diz: As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. In: *Os excluídos da história*: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 212.

cada qual no seu tempo e relações, pensaram de alguma forma os direitos das mulheres e/ou agiram por outros gestos, do jeito que podiam, por vezes escandalizando padrões, dentre outras tantas que ficaram absolutamente anônimas, as quais rendo tributos.<sup>4</sup> Transgrediram, e no calor dessas vezes quase sempre dissonantes é que podemos dar ressonância hoje para a metade da humanidade que não era lembrada.

Voltando ao contradiscurso, e por que mulheres e homens feministas pontuaram a importância das relações pela história, é que eu, uma mulher, posso estar aqui escrevendo sobre mulheres, gênero, exclusão, violência, cidadania, direitos.

Onde está a violência? Localizar violências pela história, aliás, é quase campo comum dos historiadores pesquisadores - lidar com a cotidianidade, as representações de uns sobre outros e construção das identidades - essas que são fluidas, múltiplas, plurais, são identificações em curso<sup>5</sup> -, as lutas pelo poder, etc, - estão no calor em praticamente todos os escritos - conhecemos obras sérias que mostram algum lugar no tempo onde a vida e as relações transcorreram sem nenhum embate? Provavelmente, só aparecem em biografias apologéticas, no mais nem heróis nem vilões se constroem sem embates e campos de lutas, quer pautados na coragem, na virilidade, mesmo que em palavras e obras... Jogos de poder, jogos de política, jogos de relações, embates étnicos, de gêneros, de classe - a própria condição humana: somos humanos e disputamos o tempo todo. Somos intolerantes... até aprendermos a tolerância e pertinência do argumento do outro.

Nas disputas, sempre há vencedores e vencidos. O que são as leis senão a aplicação de normas para a sua própria transgressão? Podemos localizar muitos exemplos. Detenho-me aqui a buscar as relações entre homens e mulheres, estas que têm na sua historicidade o calor dos enfrentamentos nas relações entre os sexos. Sim, é possível afirmar que a força física quase sempre foi utilizada como legitimadora de sujeições, porquanto, inventa e cria códigos morais, sexuais, de distinção, de honra, de masculinidade, de feminilidade, sujeição.

O que levaria Aristóteles, há bem mais de dois milênios, a afirmar leis gerais e naturais para dominantes e dominados? Para este filósofo, há uma lei geral de que existem elementos dominantes e outros naturalmente dominados, portanto, o governo do homem livre sobre o escravo é um tipo de domínio, e o do homem sobre a mulher é outro. Esta idéia é tomada ao pé da letra quando foi necessário legitimar a exclusão; a igreja católica à medida que se firma, vai delineando a diabolização da mulher, a pecadora, herege por natureza<sup>6</sup>; os renascentistas vão provocar a lisura e beleza das formas, entretanto, só a beleza estética da simetria dos corpos e da nudez - logo em seguida a igreja manda cobrir as vergonhas! Enquanto as artes da renascença recuperam o belo, os embates entre o bem e o mal estão no calor da hora: a caça às bruxas clama por limpeza do mal e as mulheres são o mal, o pecado, porque elas têm poderes, são perigosas e desafiam a ordem do divino. Lembro que Tomás de Aquino foi, digamos assim, um destes homens que construiu os primeiros discursos eminentemente abusivos sobre as mulheres: criaturas deficientes não têm virtude (virtus, virilidade), por isso dadas ao pecado, devendo ficar subordinadas ao homem, são um retardo da

<sup>4</sup> Penso em Moema Wiezzer, Mary Wollstonecraft, Carlota Pereira de Queiróz, Virgínia Wolf, Beta Lutz, Luz Del Fuego, Maura de Sena Pereira, Chiquinha Gonzaga, Rosa Luxemburgo, Olimpe de Goujes, Patrícia Galvão, Margarida Maria Alves, Simone de Beauvoir, Frida Kahlo, Antonieta de Barros, dentre outras.

<sup>5</sup> Claudia de Lima COSTA argumenta sobre as indeterminações da identidade, e diz que fechar identidades e/ou experiências seria cair em essencialismos, redutivismos. (1998)

<sup>6</sup> Um trabalho instigante é o de Uta RANKE-HEINEMANN. **Eunucos pelo reino de Deus:** mulheres, sexualidade e a igreja católica. 3.ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996. É uma pesquisa monumental sobre virtudes, regras, idéias da Igreja sobre a sexualidade feminina mostrando como ao longo dos tempos como o discurso - e a prática - castrou o desejo e as classificou de forma a excluí-las do convívio ou tirar-lhes qualquer possibilidade de inclusão e dos direitos mais elementares, como o orgasmo, por exemplo.

natureza um aborto, um ser imperfeito<sup>7</sup> .... sempre elas. Na obra de Umberto Eco, *O nome da rosa*, vemos os flagelos da carne provocados pela paixão por mulheres e pelo sexo latente! Queimem-nas! Elas têm fé de menos, são dadas aos impulsos da carne e do sexo!

Mas, o ponto crucial de separação e exclusão do feminino vem da sociedade moderna que se afirma, e, na medida em que a filosofia liberal declara que todos os homens são livres e iguais, portanto, todos têm direitos à liberdade, igualdade, à propriedade, também precisa delimitar as esferas de quem pode e de quem não pode estar incluído, ou seja, participar e ser cidadão/cidadã. Melhor excluir do discurso fundador e incluir na completa obscuridade da lei. Sim, a cidadania é negada às mulheres, como aos pobres, negros, índios, estrangeiros. Rousseau, o grande democrata, é contundente: as mulheres, sentenciava, são próprias para a reprodução, naturalmente mais fracas, devem ficar reclusas no seu sexo, castas, e legitimar a paternidade, porquanto aos homens o dever de governar essas frívolas vãs e ardilosas criaturas!<sup>8</sup> Locke era favorável às relações contratuais livres entre homens, mas as mulheres, no seu argumento, eram excluídas como participantes da sociedade civil. E Napoleão Bonaparte não deixa por menos, logo após a Revolução Francesa: Que idéia louca é essa de pedir igualdade para as mulheres? Elas não passam de máquinas para produzir filhos!<sup>9</sup>

Se as teorias filosóficas incluem ou excluem nas ondulações da constituição dos sujeitos, os saberes médico-científicos vão dar o tom. Até o século XVII, XVIII, o padrão para o corpo humano e para suas representações era o corpo masculino, antropocêntrico literalmente. Nas dissecações e elucubrações das descobertas fisiológicas da época, mulheres tinham sêmem, orgasmos, pênis – o corpo da mulher era tido como uma réplica do macho cujos órgãos estavam virados para dentro, invertidos, menores. O útero era desconhecido.

Mas, eis que é preciso dizer mais: em torno do século XVIII, descobre-se enfim que as mulheres têm útero, ovário, seios, vagina, clitóris... e que essas partes anatômicas as personificam com os órgãos reprodutores com função exclusiva de procriar, portanto tornam-se fundamentos da diferença entre os sexos, de forma incomensurável. A partir de meados do século XIX, a medicina ovariana fundamenta e constrói a mulher como ser frágil, argumentando que as energias deviam ser guardadas para a maternidade, e só. A partir daí, encerram-se para as mulheres as portas da participação na esfera pública, dos negócios e da política, exclui-se-as dos domínios da rua: a elas, sim, a casa, os filhos, os rendilhados das cortinas – e no que mais podiam se preocupar? Esta teoria – de que as mulheres são biologicamente frágeis e precisam guardar as forças para a maternidade – vai mover a sociedade ocidental daí para diante, separar os espaços, ao que Rousseau ilustra melhor que ninguém as idéias da nova biologia/natureza imbricada na reconstrução cultural ao definir a ordem da burguesia. Assim, as teorias médicas, amparadas pela filosofia, estão conectadas à nova ordem: uma política de desigualdade e exclusão servindo aos interesses dos nascentes estados. É o momento crucial da legitimação das diferenças no bojo das discussões do novo estatuto social.<sup>10</sup>

No Brasil, temos a história que não é diferente do ‘outro’ ocidente. Muito antes da invasão européia, mulheres já eram vendidas e trocadas, os Incas americanos

<sup>7</sup> Idem, principalmente p.197 a 214.

<sup>8</sup> Sobre as idéias filosóficas, neste sentido, a obra de Andréa NYE. **Teoria feminista e as filosofias do homem.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

<sup>9</sup> Frases históricas. In: **Jornal A Tribuna**, 25/11/98

<sup>10</sup> Modificação que se deu no campo político, no âmbito das novas técnicas e mecanismos – tecnologias de poder sobre o corpo e sobre a sexualidade -, esquadrihando, adestrando os corpos para garantia da força útil do trabalhador. Sobre isso ver FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo.** Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

possuíam haréns invejáveis aos califas, e Malintzin (Malinche) ainda é vista como traidora ao amasiar-se de Cortéz - o primeiro entreguismo, segundo alguns, isso para citar o México. Iracema, a virgem dos lábios de mel, ficou imortalizada no romance de José de Alencar, entregando-se ao europeu. Entregas. De outras tantas que afogaram os filhos ou suicidaram-se para não entregar-se, delas se cala. Das mulheres negras, de olhos furados por suas donas e possuídas quase sempre com violência por seus donos/senhores, só há pouco isso virou história - não sem antes serem o mote para uma suposta democracia racial e de chacotas por Paulo Prado<sup>11</sup> e Gilberto Freyre<sup>12</sup> - o pensamento dos anos vinte/trinta quer fundar a nação sem máculas ou culpas para os homens brancos, europeus, em nome da civilidade.

Ao mesmo tempo, nesse tempo, Afrânio Peixoto definia condutas, e a autoridade do saber dava-lhe o poder de examinar minuciosamente vaginas: entre 1907 e 1915, no Rio de Janeiro, examina 2.701 hímens na busca da virgindade: o corpo a serviço da 'limpeza' da raça, o saber a serviço do Estado, e as mulheres cobaias da magnânima tarefa de instituir verdades. (FLORES, 1999). O corpo erotizado é um corpo doente, preconizavam. Isso, claro, legitima o abandono de mulheres por seus maridos ou noivos pela ausência do hímem complacente após o estupro das núpcias! Um absurdo para o nosso tempo; mas uma prática que ainda vivemos, ainda somos cobradas. Fico pensando como seria abrir as pernas para intermináveis exames num tempo em que o corpo devia ser escondido, o sexo era tabu, vergonha, indecência, e cobrava-se das mulheres o mais puro recato! Sim, a ciência incluiu para excluir: inventa o saber para delinear condutas, inclui na ordem da lei e exclui do direito cidadão.

Lembro que em Florianópolis, nos anos 30, como observou uma pesquisa recente (GAVRON, 1999), os crimes de defloramento eram comuns (como em qualquer outro lugar ou tempo), e o que chama a atenção são as razões masculinas para imiscuir-se da culpa: as mulheres são sempre culpadas por seu gestos e atos, e a lei se pauta nos conhecimentos da ciência no afã de controlar as mulheres. Elas são as que se entregam; eles são os que têm a virilidade e direitos. O discurso jurídico puxa a teoria médica, e delinea a exclusão.

Nós, aqui presentes, somos ainda os desencantos dessa construção. Frases como 'isso é coisa de mulher', 'homem não chora', 'ou menina veste rosa', 'menino pode/menina não pode', 'homem que tem muitas mulheres é macho', 'mulher que tem dois homens é puta', e assim por diante, estão na ordem das construções dos gêneros, rearticulam-se projetam para a violência.

Na política? Nós, mulheres, temos ainda medo de fazer política do nosso jeito, porque culturalmente política é coisa de homem. Faz pouco, muito pouco que as mulheres disputam cargos, e isso por conta de uma cultura que instituiu esferas separadas, sim, mas também não oportunizou que elas tivessem voz, participação. Embora poucas, isso não se deu sem enfrentamentos: o movimento feminista e os percalços têm a contribuição que devemos tributar. Joana Maria Pedro dizia numa conferência recentemente: é preciso o dobro de argumentos e trabalho para mostrar que fizemos bem um trabalho; dos homens cobra-se só o suficiente, das mulheres, o quase impossível.

<sup>11</sup> Paulo PRADO, empresário e ensaísta, em 1927 escreve **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira, defendendo a tese de que o povo brasileiro é triste em decorrência da luxúria e da cobiça, e que os europeus ao chegarem no Brasil encontraram na sensualidade indígena um incentivo à "pura animalidade", porque na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual. (...) No Brasil, a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. p.120-121. (3.ed., São Paulo, 1929. Republicado em 1997).

<sup>12</sup> Em **Casa grande e senzala**, Freyre diz: Por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos "caraíbas" gulosos de mulher. p. 8. (2.ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936).

<sup>13</sup> A partir da Convenção de Belém do Pará, em 1994, o conceito de violência doméstica é explicitado de forma bastante ampla: aquela ocorrida no âmbito da família (relações de parentesco e/ou consangüinidade); na unidade doméstica (pessoas que vivem no mesmo lar); em qualquer relação interpessoal (pessoas que têm relação íntima com a vítima, como namorados, ex-maridos, amantes). Segundo a Convenção, violência não-doméstica é a que ocorre na comunidade cometida por qualquer pessoa. **Boletim da Marcha**, 01 a 15 de Agosto de 2000. Marcha Mundial das Mulheres.

<sup>14</sup> A expressão nos é trazida por Suely Souza de ALMEIDA, no livro **Femicídio: algemas** (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

<sup>15</sup> Há um intenso debate sobre o assassinato de Sandra Gômide pelo ex-namorado e jornalista Antonio Pimenta Neves, em agosto de 2000. Em 28/8/00, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo cria uma lista de assinaturas e discussão sobre o caso, cujo teor é a discriminação contra a mulher. Iniciativa absolutamente importante e louvável. Sugeriria mais: outras tantas mulheres não têm possibilidades mínimas de defesa, sequer são conhecidos outros tantos assassinatos.

Sim, é possível avaliar que faz pouco, muito pouco tempo que a esfera política passou a ser também lugar das mulheres, isso por conta de uma cultura amalgamada na inclusão do masculino, uma cultura de mandonismos que vem de relações seculares. Celi Pinto, num estudo sobre as Constituições Brasileiras, mostra que a exclusão é uma prática significativa fundamental nas sociedades contemporâneas, ou, uma estratégia política importante porque se inclui, nomeia; se nomeia, disciplina. No caso da mulher, ao ser excluída do público estava plenamente incluída no privado. (1999:53) Há estratégias justificadoras para cada inclusão, ou exclusão, inscritas na vida e na morte de cada sujeito, sentença.

Discutir a violência pode abranger muitas pontas. O que penso ser pertinente dizer aqui é da violência mais violenta das relações entre homens e mulheres, ou seja, a violência doméstica,<sup>13</sup> ou *femicídio*, para utilizar uma expressão que significa o caráter sexista dos crimes conjugais, introduzida em 1976 no Tribunal Internacional de Crimes Contra Mulheres, acontecido no início da Década da Mulher (1975-85).<sup>14</sup> Como já argumentei, a violência vem da intolerância ao outro/a, amalgama da exclusão, exclusividade do poder ou exercício de coerção sobre outrem. A violência doméstica é a própria intolerância advinda da intromissão na liberdade do outro, a estupidez torpe de necessidade de posse e domínio.

Se nunca houve tanta visibilidade<sup>15</sup> e pesquisas sobre a violência doméstica e infantil, não significa que não existisse, e sim porque não era tema de discussão – a resistência da sociedade em permitir que o Estado interferisse na vida familiar e nas relações da vida privada indica a maior dificuldade em dar a violência doméstica o status de problema da saúde pública. Resolvia-se em casa, ou simplesmente abafava-se, escondia-se, enxotava-se a pecadora (porque nos casos de traição, má conduta, a mulher era expulsa em nome da honra familiar). E, se colocarmos os verbos aqui no presente, não estaremos mentindo. Observo que a violência doméstica só passa ser considerada uma violação dos direitos individuais doze anos após a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), ou seja, em fins dos anos 60. Porque? Até então não havia nenhum tipo de serviço para atender às vítimas, e mesmo assim casos de punição eram raros, tanto nos países mais pobres como nos mais industrializados. É o aumento das denúncias paralelo aos movimentos de emancipação que vemos aos poucos sendo tema de políticas públicas. Lembro que é a partir da década de 1980 que as delegacias específicas vão aparecendo, as delegacias de mulheres.

No preâmbulo da Convenção Internacional para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, aprovada em 1994 em Belém do Pará, lê-se que a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações historicamente desiguais entre homens e mulheres.<sup>16</sup> Estudos confirmam que a violência afeta mulheres de todas as idades, de todas as camadas sociais e de todas as culturas, sendo que em 90% dos casos, é cometida por membros da família ou por pessoas próximas - um dado assustador - que sociedade é esta que insiste em dizer-se civilizada? Que construção é essa que faz grassar este tipo de violência? Segundo a UNU, a violência doméstica é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 45 anos no mundo. No Brasil, as Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher data de 80 para cá, e ainda não dispõe de

legislação específica para punir esses casos (há projetos para esse fim, ainda não levados ao Plenário).

Poderíamos tecer estatísticas horripilantes a perder de vista... Vamos ficar com algumas de Santa Catarina, colhidas a partir de uma pesquisa realizada pela antropóloga Míriam Pillar Grossi, coordenadora do primeiro mapeamento da violência contra crianças e mulheres em 53 municípios catarinenses (52,2% do total do Estado), entre 1990 e 1996.<sup>17</sup> Aponta em primeiro lugar a lesão corporal (65%), seguido de estupro (9%); ameaça (7%); agressão física (6%); maus tratos (4%); atentado ao pudor (2,5%); homicídio (2,5%); sedução (1%), e tentativa de estupro (1%). Revela ainda que a vítima é geralmente a mulher com vida conjugal, cujo criminoso está dentro de casa, bem como nos casos de estupros, principalmente contra crianças e adolescentes, em que o agressor faz parte da família - pais, tios, padrastos -, situação agravada pela convivência das próprias mães e ameaças do agressor. Se é revelador e assustador, ainda não é o real, haja vista que nem todos os casos são registrados ou por vergonha, medo, pressão, coação, ameaças.

Teria mudado esse quadro para menos nos últimos 4 anos? Duvida-se, infelizmente. No Brasil, uma mulher é vítima de algum tipo de violência a cada 4 minutos... hoje, agora. Mais de 80 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, eu seja, 40 milhões de mulheres no Brasil estão abaixo da linha da pobreza.... mais exclusão e violência que isso, impossível.<sup>18</sup>

Ainda uma reflexão a mais: se a violência do masculino para com o feminino está em todas as classes, a possibilidade de defesa de mulheres é também diferente conforme a classe social; para as 'incluídas', uma mudança, uma viagem, um bom advogado, umas férias; para as 'excluídas', continuar reféns da situação, sem lei severa, sem segurança, sem dinheiro, sem advogado, sem cidadania. Isso não é em absoluto uma crítica àquelas que tiveram um bom começo, educação, saúde; é uma realidade. Não significa que a violência seja diferente, ou doa menos. É um dado da exclusão, o mais diferenciador das classes – raiz de grande parte da violência: a miséria. Ou seja: a discriminação é a mesma para pobres e ricos mas a forma de driblar e sobreviver é diferente. Bem diferente.

Felizmente, existem inúmeras instituições ou grupos organizados que dão visibilidade e estes problemas: a Marcha Mundial das Mulheres<sup>19</sup> teve o encerramento em 17 de outubro de 2000 -, com meses de agenda englobando os mais diversos temas sociais, divulgações para entidades, associações, sindicatos, ONGs, grupos organizados, universidades, etc. São ações práticas, e dentre elas a luta para que uma legislação específica e políticas públicas efetivas venham prevenir, punir e erradicar a violência doméstica.

As mulheres somam hoje 90% das lutas antimilitaristas, 80% das lutas ecológicas e 70% das lutas populares, informa Rose Marie Muraro, o que quer dizer que elas estão entrando na contramão da história, uma história de guerras, violências e desigualdades.<sup>20</sup> Concordo com Juliet Mitchell<sup>21</sup> de que o centro das preocupações das mulheres - e que deve ser também dos homens, nas relações todas - tenha fôlego e ações práticas no sentido de preservar a espécie, ou seja, numa busca de uma cultura de evitar que as crianças sejam vítimas da situação

A inclusão e a exclusão também passam pela classe, e o mesmo sindicato poderia abrir discussões alargadas numa cruzada pública e divulgada, com ações e práticas efetivas. É [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br).

<sup>16</sup> Publicado no Jornal **A Notícia**, 07/03/99, Florianópolis.

<sup>17</sup> Coletou 13,1 mil Boletins de Ocorrência. Os dados foram sucintamente divulgados no Jornal **Diário Catarinense**, em setembro de 2000, com o título "SC Mapeia Agressão à Mulher".

<sup>18</sup> Há um Site sobre estes dados e denúncias. É [www.clikfome.com.br](http://www.clikfome.com.br).

<sup>19</sup> A Marcha Mundial das Mulheres vem dando curso à construção da Marcha das Mulheres Contra a Pobreza e a Violência Sexista. É uma grande mobilização internacional que aconteceu em 2000, de 08 de março a 17 de outubro, através de ações locais, nacionais e mundiais. O objetivo é marcar a presença e as reivindicações das mulheres na luta contra a pobreza e a violência sexista. A idéia nasceu de uma proposta do movimento em Quebec, no Canadá, em 1995, e foi crescendo junto às entidades feministas, sindicais, ONGs, e hoje tem a adesão de pelo menos 155 países, em

de violência e exclusão. Afinal, sem um cuidado de si enquanto sujeitos do direito, e um cuidado ainda mais apurado com as crianças e adolescentes, de nada adiantaria pensar num feminismo renovado. Se é nas relações entre os gêneros que se dão as construções, é preciso investir no sentido dessas construções. Ora, brigamos tanto para incluir nos currículos este ao aquele tema que oportunize discutir cidadania, relações, respeito, tolerância, fim dos estereótipos e idealizações, respeito à diferença, onde está nossa prática? As mulheres, e os homens, devem ter claro a educação libertária, sim, mas consciente de mudanças em prol de um mundo melhor para todos não se faz só na carteirinha de um feminismo para as mulheres: todos devem estar incluídos nas lutas, e o futuro menos violento e excludente, o futuro das relações, depende de como se faz este feminismo.

Faço minha as palavras de Luiza Nagib Eluf, de que a mulher do século 21 quer o que sempre quis a mulher: liberdade, amor, sexo, reconhecimento profissional, respeito, convivência social pacífica, integração com os homens mais adequada, equilíbrio emocional, segurança, saúde. Não há mistério: as mulheres querem a mesma coisa que os homens, ou seja, um mundo melhor para todos.<sup>22</sup>

Sim, é direito de toda mulher de ter uma vida livre da violência na esfera pública e privada, como o é de todo homem, criança, idoso... de qualquer classe social, etnia/raça, geração. Valores arraigados e equivocados continuam nada silenciosos na nossa vida cotidiana, o que implica repensar valores, romper com o silêncio, denunciar os abusos, buscar jeitos diferentes de conviver, diminuir a intolerância, relativizar – mas ser intolerante e não relativista com as absurdas violações e exclusões, denunciando-as por outras palavras e gestos.

todos os continentes, sendo mais de 5 mil grupos. No Brasil, são quase 600 grupos espalhados por todos os estados. Ver [www.sof.org.br/marcha2000](http://www.sof.org.br/marcha2000).

<sup>20</sup> Respostas à questões sobre o feminismo, no Caderno Mais!, Folha de São Paulo, 15/10/2000. p.3

<sup>21</sup> 'A luta permanente'. Entrevista com Juliet Mitchell, em Caderno Mais! Idem, p. 6 a 9. Obviamente 'preservar a espécie' não tem o sentido de um retorno à família nuclear no modelo vitoriano ou religioso, mas de cuidados com a construção, educação, bem-estar, possibilidades de futuro menos violento, não importando a forma como se constituem as relações entre os sexos.

<sup>22</sup> Respostas à questões sobre o feminismo. Caderno Mais!. Op. cit.

## Referências

- ALMEIDA, S. S. de. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- COSTA, C. de L. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.
- FLORES, M. B. R. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, A. da. et al. **Falas de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.
- FREYRE, S. **Casa grande e senzala**. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936.
- GAVRON, E. L. **As "ofendidas" no Tribunal do Júri – Art. 267 – crimes de defloramento em Florianópolis na década de 30**. Florianópolis, 1999. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis.
- MIRANDA, A. As mulheres nos mundos de hoje. In: HOLLANDA, H. B.; CAPELATO, M. H. R. (coords.). **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/São Paulo: Edusp, 1999.
- NYE, A. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. In: **Ciência Hoje**, V. 5, n. 28, 1987.
- PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, C. R. J. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. In: **Educação e Realidade**, 24 (2):33-57. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez. 1999.
- PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PROST, A. Fronteiras do espaço privado. In: ARIÈS, P. ; DUBY, G. (dirs.). **História da vida privada**: da primeira guerra aos nossos dias. V. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de deus**: mulheres, sexualidade e a igreja católica. 3.ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996.
- RICOEUR, P. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: BARRET-DUCROQ, F. (dir.) **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância – 1997: Paris, França, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VON THADEN, R. Intolerância e fundamentalismo na tradição protestante. In: BARRET-DUCROQ, F. (dir.) **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância – 1997: Paris, França, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.